

FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: CASA DE ABRIGO PARA MENORES EM CASCATEL-PR

PEREIRA, Alex Renan Correa¹
JORGE FILHO, Heitor Othelo²

RESUMO

O presente estudo tem como finalidade estabelecer um embasamento teórico consistente para a elaboração de um projeto arquitetônico voltado à criação de uma Casa de Abrigo destinada ao acolhimento de menores em situação de vulnerabilidade social, a ser implantada na cidade de CascateL, situada no estado do Paraná, Brasil. A proposta tem como diretriz fundamental a integração de elementos do design arquitetônico com estratégias sustentáveis, de modo a promover uma relação harmônica entre a edificação, o meio ambiente natural e o contexto urbano em que será inserida. Parte-se do pressuposto de que, ao articular esses aspectos, o projeto poderá configurar-se como um vetor de desenvolvimento urbano e regional, contribuindo para a valorização do território e a melhoria da qualidade de vida local. Nesse sentido, levanta-se a hipótese de que a implantação de uma Casa de Abrigo com tais características poderá beneficiar diretamente os moradores da região, por meio da oferta de uma infraestrutura acolhedora, segura e funcional, que atenda às necessidades de crianças e adolescentes em situação de risco. O projeto ressalta, ainda, a importância da adoção de soluções arquitetônicas pautadas em princípios de sustentabilidade e biofilia, com vistas a assegurar conforto ambiental, bem-estar físico e psicológico aos usuários, além de garantir a eficiência energética e funcional da edificação. A pesquisa, portanto, dedica-se à investigação dos fundamentos conceituais que sustentam essa proposta, por meio da análise de referenciais históricos, técnicos e projetuais. Além disso, busca-se compreender os impactos sociais e ambientais decorrentes da implementação da Casa de Abrigo, avaliando sua contribuição potencial para a comunidade atendida, bem como para o entorno urbano em que será inserida.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade. Design. Abrigo. Casa lar. Bem-estar.

ARCHITECTURAL FUNDAMENTALS: SHELTER HOUSE FOR MINORS IN CASCATEL-PR

The purpose of this study is to establish a consistent theoretical basis for the development of an architectural project aimed at creating a shelter for minors in situations of social vulnerability, to be implemented in the city of CascateL, located in the state of Paraná, Brazil. The proposal has as its fundamental guideline the integration of architectural design elements with sustainable strategies, in order to promote a harmonious relationship between the building, the natural environment and the urban context in which it will be inserted. It is assumed that, by articulating these aspects, the project can be configured as a vector of urban and regional development, contributing to the valorization of the territory and the improvement of the local quality of life. In this sense, the hypothesis is raised that the implementation of a shelter with such characteristics could directly benefit the residents of the region, through the provision of a welcoming, safe and functional infrastructure that meets the needs of children and adolescents in situations of risk. The project also highlights the importance of adopting architectural solutions based on principles of sustainability and biophilia, with a view to ensuring environmental comfort, physical and psychological well-being for users, in addition to guaranteeing the energy and functional efficiency of the building. The research, therefore, is dedicated to investigating the conceptual foundations that support this proposal, through the analysis of historical, technical and design references. In addition, it seeks to understand the social and environmental impacts resulting from the implementation of the Shelter, evaluating its potential contribution to the community served, as well as to the urban environment in which it will be inserted.

KEY WORDS: Sustainability. Design. Shelter. Home. Well-being.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo principal desenvolver a fundamentação teórica e estruturar uma proposta de projeto arquitetônico e de paisagismo voltada à criação de uma Casa de Abrigo no município de CascateL, estado do Paraná, integrando ao conceito adotado práticas sustentáveis e soluções compatíveis com os princípios da arquitetura contemporânea e socialmente responsável. A pesquisa será organizada em cinco capítulos estruturais: introdução, embasamento teórico referente à arquitetura e à temática abordada, análise de estudos correlatos, desenvolvimento da proposta projetual e, por fim, as considerações finais.

No capítulo introdutório, serão apresentados o tema central da investigação, a justificativa para sua

escolha, a delimitação da problemática que orienta o estudo, a hipótese a ser explorada, bem como a definição do objetivo geral e dos objetivos específicos — tanto no âmbito teórico quanto no prático-projetual. Além disso, será detalhada a metodologia adotada para a condução da pesquisa, contemplando os procedimentos técnicos, os métodos de abordagem e as estratégias utilizadas para a construção do conhecimento ao longo do desenvolvimento do trabalho.

¹ Graduando do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Assis Gurgacz. E-mail: arcpereira@minha.fag.edu.br

² Professor Orientador da Presente Pesquisa. E-mail: heitorjorge@fag.edu.br

1.1 ASSUNTO / TEMA

Esta pesquisa visa desenvolver uma proposta arquitetônica e de paisagismo para a implantação de uma Casa Lar na cidade de Cascavel, Paraná, voltada ao acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. A proposta integra práticas sustentáveis e conceitos de design que promovem a harmonia entre a edificação, o ambiente natural e o contexto urbano.

1.2 JUSTIFICATIVA

No Brasil, o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, regido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelece que as casas de abrigo devem ser espaços que promovam o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes acolhidos, assegurando-lhes não apenas proteção, mas também dignidade, educação, saúde, lazer e convivência familiar e comunitária (TASSELLI, 2016).

Estudos sobre o atendimento massificado a crianças e adolescentes realizado em instituições que recebem grande número de abrigados têm revelado os custos pessoais que tal situação acarreta: carência afetiva, dificuldade para estabelecimento de vínculos, baixa autoestima, atrasos no desenvolvimento psicomotor e pouca familiaridade com rotinas familiares. Esses aspectos, se vivenciados por longos períodos, representam não apenas uma violação de direitos, mas deixam marcas irreversíveis na vida dessas crianças e desses adolescentes, que, com frequência, não adquirem sentimento de pertencimento e enfrentam sérias dificuldades para adaptação e convívio em família e na comunidade (ROCHA, 2005).

Por isso, as diretrizes para reordenamento dos abrigos recomendam que as instituições ofereçam um acolhimento que seja o mais semelhante possível ao da rotina familiar (CORDEIRO, 2005).

1.3 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

A cidade de Cascavel enfrenta uma carência significativa na qualidade das casas de abrigo, refletindo diretamente na vulnerabilidade social de populações em situação de risco. Esses espaços, que deveriam oferecer proteção, acolhimento e condições mínimas de dignidade, muitas vezes apresentam infraestrutura inadequada, superlotação, falta de acessibilidade e escassez de recursos para atender às necessidades básicas dos abrigados. Essa realidade compromete a efetividade das políticas públicas de assistência social e evidencia a urgência de reformulação e investimento em projetos arquitetônicos e sociais que priorizem o bem-estar, a segurança e a humanização dos abrigos na cidade.

1.4 FORMULAÇÃO DA HIPÓTESE

O resultado desse processo é o desenvolvimento de um projeto arquitetônico e paisagístico que visa à criação de uma Casa de Abrigo, com uma proposta ousada e inovadora. O objetivo é estabelecer um novo espaço de acolhimento na cidade, oferecendo aos usuários uma experiência única de imersão, aprendizado e conexão profunda com a natureza. Essa Casa busca ser não apenas um local de proteção, mas também um símbolo de transformação e integração emocional.

1.5 OBJETIVO GERAL

O principal propósito desta pesquisa é desenvolver uma base teórica consistente e realizar um estudo conceitual aprofundado voltado à criação de uma Casa de Referência no município de Cascavel, Paraná. A proposta enfatiza a aplicação de soluções pautadas no design biofílico e na incorporação de práticas sustentáveis, com o objetivo de promover uma arquitetura que valorize o bem-estar humano, a integração com o meio ambiente e a eficiência dos recursos utilizados em sua concepção.

1.6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar sobre a arquitetura de Casa-Lar e sua importância.
- Buscar referencial teórico sobre os benefícios da arquitetura sustentável e seus princípios. - Conceituar o tema proposto.
- Elaborar um projeto de funcional e sustentável, focando na arquitetura contemporânea.
- Garantir acolhimento imediato e proteção integral a crianças e adolescentes em situação de risco ou vulnerabilidade.
- Assegurar um ambiente seguro, estável e livre de qualquer forma de violência, negligência ou abuso.
- Oferecer moradia provisória até que a situação familiar seja regularizada ou uma alternativa definitiva de cuidado, seja encontrada (reinserção familiar, guarda, adoção).
- Suprir as necessidades fundamentais como alimentação, vestuário, higiene e saúde.

1.7 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

A presente pesquisa será conduzida por meio de uma análise teórica aprofundada, aliada ao estudo de referências projetuais e obras correlatas, com o objetivo de subsidiar a elaboração de um programa de necessidades detalhado. Paralelamente, será realizada uma investigação minuciosa da arquitetura predominante na cidade de Cascavel, visando assegurar a preservação de uma linguagem arquitetônica coesa, contextualizada e harmônica com o entorno urbano. Essa abordagem integrada permitirá não apenas o desenvolvimento de um plano funcional eficaz, mas também garantirá que a proposta arquitetônica esteja plenamente alinhada às especificidades do local, respeitando suas particularidades históricas, culturais e morfológicas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO OU REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo se propõe a apresentar os fundamentos teóricos que embasam a elaboração da proposta projetual, estruturados a partir dos quatro pilares essenciais da arquitetura: história e teoria,

metodologias de projeto, urbanismo e tecnologias construtivas.

No eixo História e Teoria, será abordada uma síntese sobre a origem, evolução e os princípios conceituais das Casas Lar ao longo do tempo, com ênfase em sua função social e transformações arquitetônicas. Em Metodologias de Projeto, serão discutidos os diferentes tipos de abrigos, a definição das áreas funcionais essenciais, os princípios de sustentabilidade aplicáveis à proposta, a integração com o meio ambiente por meio do design biofílico, além de diretrizes para acessibilidade universal e promoção de espaços inclusivos.

A seção referente ao Urbanismo tratará da importância das Casas Lar enquanto equipamentos públicos inseridos no tecido urbano, evidenciando seu papel na promoção do desenvolvimento social e comunitário. Nessa parte, também será apresentada a cidade de Cascavel, Paraná — local escolhido para a implantação do projeto — com uma análise de seu contexto urbano, vocação cultural e características territoriais.

Com essa abordagem, o capítulo tem como objetivo fornecer uma base conceitual sólida para a proposta arquitetônica da Casa Lar, articulando aspectos técnicos, históricos, sociais e ambientais de maneira integrada e coerente com a realidade local.

2. NA HISTÓRIA E TEORIAS

2.1. História da Casa Lar

As Casas Abrigo têm suas origens nas antigas Casas do Caminho, reconhecidas como os primeiros centros de caridade da história ocidental, organizados pelos primeiros cristãos. Esses espaços acolhiam pessoas em extrema vulnerabilidade, como mendigos, crianças e mulheres vítimas de abandono e violência. (CNJ, 2018)

Atualmente, as casas de abrigo continuam com essa missão de acolhimento, sendo instituições destinadas a oferecer proteção e suporte a crianças, adolescentes e, em alguns casos, adultos em situação de risco social. Essas instituições oferecem um ambiente seguro e estruturado para indivíduos que foram expostos a situações de negligência, abuso, exploração ou abandono, garantindo condições básicas para seu bem-estar e desenvolvimento. (CNJ, 2018)

O surgimento e a consolidação das casas de abrigo estão diretamente relacionados à necessidade de proteção social, motivando a formulação de políticas públicas voltadas à criação desses espaços. Elas têm como objetivo principal oferecer cuidado temporário e proteção até que os acolhidos possam retornar ao convívio familiar ou, quando isso não for possível, sejam encaminhados para adoção ou outras formas de custódia. (IBGE, 2020)

2.1.2 História da Casa de abrigo no Brasil

A institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil remonta ao período colonial, quando a Igreja Católica, influenciada por modelos europeus, passou a assumir o cuidado de bebês e crianças órfãs ou abandonadas. No século XVIII, recém-nascidos eram deixados anonimamente nas chamadas “rodas dos expostos” — mecanismos giratórios instalados nas paredes das Santas Casas de Misericórdia. Essas crianças, privadas do convívio familiar, dificilmente retornavam à família de origem e cresciam isoladas da comunidade. Já no final do século XIX, surgiram instituições como educandários, reformatórios, internatos e orfanatos, que separavam os acolhidos por idade e sexo. Nessas instituições, todas as atividades ocorriam internamente, sem acesso a espaços comunitários de educação, saúde ou lazer, com foco principal em disciplinar e controlar os filhos das famílias pobres, tidas como incapazes de prover uma educação adequada (FAMILIAACOLHEDORA, 2017).

Com o passar do tempo, a ideia de acolhimento foi evoluindo. A história das casas de abrigo reflete essa transformação, desde os antigos orfanatos até os modelos atuais de serviços de acolhimento, que priorizam a convivência familiar e comunitária. A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 representou uma ruptura com a lógica assistencialista e institucionalizante, instituindo a adoção como último recurso e estimulando alternativas que evitassem o afastamento prolongado do ambiente familiar (FAMILIAACOLHEDORA, 2017).

No cenário internacional, importantes marcos foram estabelecidos ao longo do século XX, como a Declaração de Genebra (1924) e a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959). No Brasil, contudo, o primeiro Código de Menores foi aprovado apenas em 1927, sendo substituído pela Lei nº 6.697 em 1979. Esses códigos utilizavam o termo “menor em situação irregular” para definir crianças e adolescentes em situação de abandono, vítimas de maus-tratos ou autores de infrações, sem distinguir adequadamente entre vítimas e infratores, o que resultava em abordagens punitivas para situações de vulnerabilidade (FAMILIAACOLHEDORA, 2017).

A verdadeira mudança ocorreu com a Constituição Federal de 1988, que reconheceu crianças e adolescentes como sujeitos plenos de direitos. A Doutrina da Proteção Integral foi consagrada no artigo 227, estabelecendo que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar, com prioridade absoluta, os direitos à vida, saúde, educação, lazer, dignidade, convivência familiar e comunitária, entre outros (FAMILIAACOLHEDORA, 2017).

Na década de 1990, o ECA e a ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança reforçaram a centralidade da infância nas políticas públicas brasileiras. Embora o orçamento destinado à infância tenha crescido ao longo dos anos, a implementação plena dessas diretrizes ainda enfrenta desafios significativos. A partir de 1999, teve início a construção do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, com o objetivo de assegurar a proteção integral em todas as esferas. Nesse contexto, surgem as primeiras experiências com o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, que só ganham maior visibilidade e força a partir dos anos 2000 (FAMILIAACOLHEDORA, 2017).

Em 2001, uma caravana da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados visitou abrigos em diversos estados e no Distrito Federal, constatando sérias violações ao direito de convivência familiar e comunitária, contrariando os princípios do ECA. No ano seguinte, o Colóquio Técnico sobre a Rede Nacional de Abrigos resultou em uma pesquisa nacional, financiada pelo Conanda e conduzida pelo IPEA, que analisou 589 abrigos com mais de 19 mil crianças e adolescentes. O estudo revelou que a maioria dos acolhidos possuía vínculos familiares e permanecia por anos em instituições, sendo que a principal causa do acolhimento era a pobreza — uma violação grave, já que, conforme a Constituição e o ECA, a condição econômica não pode justificar a separação familiar (FAMILIAACOLHEDORA, 2017).

Em 2005, durante o II Colóquio Internacional de Acolhimento Familiar, foi criado o Grupo de Trabalho Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária, liderado pela Associação Brasileira Terra dos Homens em parceria com o UNICEF, o MDS e a SEDH. O GT teve como missão aprofundar os debates sobre o direito à convivência familiar e disseminar práticas inovadoras de acolhimento, como o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SFA). A articulação entre diferentes regiões do país possibilitou a construção de uma rede nacional engajada com essa causa, culminando, em 2006, no lançamento do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (FAMILIAACOLHEDORA, 2017).

2.2 METODOLOGIAS DE PROJETO

2.2.1 Infraestrutura – áreas e instalações

A infraestrutura de uma casa de abrigo deve ser planejada para oferecer segurança, conforto e acolhimento aos seus moradores, garantindo condições adequadas de habitabilidade e bem-estar. Isso inclui ambientes amplos e bem ventilados, dormitórios organizados por faixa etária e gênero, banheiros adaptados, cozinha funcional, área de convivência, espaço para atividades educativas e recreativas, além de setores administrativos. A acessibilidade também é um aspecto fundamental, assegurando que pessoas com deficiência possam circular livremente. A infraestrutura deve ainda contemplar sistemas eficientes de iluminação, ventilação, segurança e higiene, contribuindo para um ambiente acolhedor e humanizado.

As áreas e instalações de uma casa de abrigo devem ser organizadas de forma funcional e acolhedora, atendendo às necessidades físicas, emocionais e sociais dos acolhidos. Entre os espaços essenciais, destacam-se os dormitórios, que devem oferecer privacidade e conforto; banheiros, preferencialmente adaptados para acessibilidade; cozinha e refeitório adequados às normas de segurança alimentar; salas de estar e convivência para integração social; e espaços destinados a atividades pedagógicas, terapêuticas e recreativas. Também são importantes as áreas administrativas, onde se realizam o atendimento técnico e a gestão da unidade. Além disso, espaços externos, como jardins ou pátios, contribuem para o bem-estar e o desenvolvimento saudável dos moradores.

2.2.2 Conceito de princípios sustentáveis

A aplicação de princípios sustentáveis em um projeto de Casa Lar deve ocorrer desde a concepção arquitetônica até as práticas de uso e manutenção do espaço. A sustentabilidade começa com a escolha da implantação do edifício, considerando a orientação solar e os ventos predominantes. Ambientes como salas e dormitórios devem ser voltados para a face norte, favorecendo o aproveitamento da luz natural e garantindo conforto térmico ao longo do ano. A ventilação cruzada, obtida por meio de aberturas em paredes opostas, também contribui para a climatização natural dos ambientes, reduzindo a necessidade de sistemas artificiais (BRASIL, 2010; CRESCENTE, 2021).

A escolha dos materiais também é essencial. Devem ser priorizados materiais ecológicos, recicláveis ou de baixo impacto ambiental, como madeira de reflorestamento, tijolos ecológicos ou blocos de terra comprimida. Tintas à base de água e com baixa emissão de compostos orgânicos voláteis (VOC) garantem ambientes mais saudáveis para os moradores (MMA, 2017; GREEN BUILDING COUNCIL, 2019).

No quesito eficiência energética, é recomendada a instalação de painéis solares fotovoltaicos para geração de energia limpa e renovável, além do uso de lâmpadas LED e sensores de presença em áreas comuns, o que contribui para a economia de energia. O uso racional da água pode ser alcançado com a implementação de um sistema de captação de água da chuva, destinada à irrigação, lavagem de áreas externas e descargas sanitárias. A instalação de dispositivos economizadores, como arejadores e redutores de vazão em torneiras e chuveiros, também é fundamental (ANEEL, 2018; BRASIL, 2012; ONU-HABITAT, 2020).

A gestão adequada dos resíduos sólidos deve ser prevista no projeto, com espaços para a coleta seletiva e, quando possível, implantação de uma composteira para o reaproveitamento de resíduos orgânicos. A presença de áreas verdes é outro aspecto importante: hortas comunitárias ou jardins sensoriais, além de promoverem o contato com a natureza, estimulam a alimentação saudável e atividades de integração social. A vegetação nativa deve ser priorizada no paisagismo por exigir menos manutenção e irrigação (IPEA, 2020; EMBRAPA, 2016; INSTITUTO ETHOS, 2015).

Por fim, a sustentabilidade social e a inclusão devem ser garantidas com a criação de espaços acessíveis, seguros e acolhedores. O projeto deve prever rampas, corrimãos, portas largas e banheiros adaptados, assegurando o acesso universal. Além disso, a escolha de cores suaves, a

presença de luz natural e o uso de mobiliário ergonômico contribuem para um ambiente humanizado, acolhedor e adequado às necessidades das crianças, adolescentes e adultos em situação de vulnerabilidade que serão acolhidos na Casa Lar (BRASIL, 1990; CONANDA, 2006; UNICEF, 2014).

2.2.3 *Design Casa Lar*

A bibliografia sobre casas lar futurista com design moderno e contemporâneo enfatiza a integração entre arquitetura, tecnologia e meio ambiente para criar espaços acolhedores, funcionais e sustentáveis. Esses projetos costumam utilizar materiais nobres, como vidro, aço e madeira de alta qualidade, que proporcionam transparência, leveza e conexão visual com a natureza ao redor. A valorização da iluminação natural e dos ambientes abertos reforça o vínculo entre o interior e o exterior, promovendo bem-estar aos moradores. Estudos recentes destacam ainda a importância da sustentabilidade, com soluções que incluem energia renovável, sistemas inteligentes para conforto ambiental e a incorporação de jardins verticais e áreas verdes, favorecendo a convivência e a qualidade de vida em casas lar (FRANÇA, 2022; LEMOS, 2021; GREEN BUILDING COUNCIL, 2023).

2.2.6 **Acessibilidade**

A acessibilidade em uma Casa Lar deve garantir que todas as crianças, adolescentes e adultos, incluindo pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, possam circular e utilizar os espaços de forma segura, independente e confortável. Isso inclui rampas com inclinação adequada, corredores e portas com largura mínima, banheiros adaptados com barras de apoio, pisos antiderrapantes, sinalização tátil e visual, além de equipamentos e mobiliários acessíveis. A norma técnica que regula esses requisitos no Brasil é a **NBR 9050:2020 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**, que estabelece critérios e parâmetros para projeto, construção, instalação e adaptação, visando garantir o acesso universal e a inclusão (ABNT, 2020).

2.3 NO URBANISMO E PLANEJAMENTO URBANO

2.3.1 **Impactos positivos da hotelaria no planejamento urbano**

Primeiramente, a implantação de casas de abrigo proporciona um ambiente seguro e estruturado para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, promovendo sua proteção e desenvolvimento integral. No contexto urbano, essas instituições podem incentivar a revitalização de bairros, ao ocupar imóveis ociosos ou promover construções que valorizem a área. Além disso, a presença de casas de abrigo estimula a criação de redes de apoio comunitárias, envolvendo serviços sociais, saúde, educação e lazer, fortalecendo o tecido social local. Por fim, ao integrar-se de forma planejada na cidade, esses espaços promovem a inclusão social e a acessibilidade, contribuindo para uma cidade mais justa e humana. (SILVA, 2019).

2.3.2 **Imagem da cidade de Cascavel – PR**

Cascavel está situada no oeste do estado do Paraná e é reconhecida como um importante polo econômico da região. Com uma população que ultrapassa 300 mil habitantes, a cidade se destaca por seus atrativos turísticos, como o Parque Ecológico Paulo Gorski, além de diversos parques, praças, zoológico e ciclovias que possibilitam passeios urbanos e a prática de esportes. Também conta com

áreas naturais, incluindo trilhas para caminhada e cachoeiras. Cascavel é referência cultural, promovendo eventos de música, dança, teatro e artes com reconhecimento internacional. A cidade combina tradição e modernidade, atraindo um número crescente de turistas (VIAJE PARANÁ, s.d.).

Além disso, Cascavel recebeu o Prêmio Band Cidades Excelentes, conquistando a terceira posição entre as melhores cidades do Brasil. Por seu desenvolvimento contínuo, é considerada uma referência nacional (TAROBÁ NEWS, 2021).

2.4 TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO

2.4.1 Estrutura

O projeto da Casa Lar vai ser moderno e funcional, vai também combinar materiais que ofereçam durabilidade, segurança, conforto e estética acolhedora, refletindo as necessidades específicas do ambiente e seus usuários. Para a estrutura principal do edifício, o concreto armado será utilizado devido à sua resistência e capacidade de suportar cargas elevadas, garantindo a segurança estrutural das áreas comuns e dormitórios. Esse material também possibilita a criação de grandes vãos livres, favorecendo ambientes amplos e integrados.

Para trazer leveza e transparência ao projeto, o uso do vidro será intensivo nas fachadas e em grandes janelas, permitindo abundante entrada de luz natural, conexão visual com o exterior e integração com os jardins e áreas verdes externas, promovendo bem-estar aos moradores. O vidro laminado e temperado garantirá segurança e isolamento térmico.

O aço será empregado nas esquadrias, estruturas de cobertura e elementos decorativos, conferindo modernidade e resistência. Suas características permitem soluções arquitetônicas arrojadas, como pergolados e estruturas metálicas que complementam o design contemporâneo da casa.

A utilização da madeira laminada se dará em espaços internos, como em pisos, painéis e mobiliário, para trazer aconchego e conforto térmico aos ambientes, equilibrando a rigidez do concreto e do aço com uma sensação mais acolhedora e natural. Além disso, a madeira será usada em decks e áreas externas, valorizando a integração com a natureza.

O alumínio será adotado em esquadrias e detalhes arquitetônicos, devido à sua leveza, durabilidade e baixa manutenção. As portas, janelas e brises de alumínio permitirão controle da iluminação e ventilação, além de agregar um acabamento moderno e elegante ao conjunto arquitetônico.

Essa combinação de materiais resulta em uma Casa Lar resistente, sustentável, acolhedora e alinhada às necessidades funcionais e emocionais dos seus usuários, promovendo segurança, conforto e integração com o meio ambiente.

Além dos materiais já mencionados, o mármore branco pode ser incorporado em áreas nobres da Casa Lar, como recepção, halls de entrada e banheiros sociais. O uso do mármore confere sofisticação, elegância e facilidade na limpeza, além de ser um material durável e resistente ao desgaste, ideal para ambientes que demandam higiene e boa apresentação. Sua tonalidade clara também contribui para ampliar visualmente os espaços, refletindo a luz natural e criando uma atmosfera mais leve e acolhedora.

Para o acabamento dos tetos, o forro em gesso é uma excelente escolha, pois permite a criação de superfícies lisas e uniformes, favorecendo a instalação de sistemas de iluminação embutida, ventilação e acústica controlada. O gesso oferece versatilidade para desenvolver detalhes decorativos que valorizam o design interior, além de ser um material leve e de fácil manutenção. O forro em gesso ainda ajuda a melhorar o conforto térmico e acústico, essenciais para os ambientes destinados

ao descanso e convivência das crianças e adolescentes acolhidos.

Assim, a integração do mármore branco e do forro em gesso complementa a combinação de materiais estruturais e naturais, criando uma Casa Lar que alia funcionalidade, beleza e conforto para todos os usuários.

3. CORRELATOS

Este capítulo apresenta a análise de casas de abrigo que servirão como referências principais para a elaboração de uma proposta de alto padrão na cidade de Cascavel-PR. A escolha dos estudos de caso visa aprofundar o entendimento sobre o tema, explorando elementos como o programa de necessidades, a acessibilidade, os fluxos internos e a infraestrutura. Essas análises fornecerão subsídios teóricos e práticos para a fundamentação da proposta, com ênfase nos aspectos formais, funcionais e estruturais observados em cada exemplo analisado.

3.1 NOSSA CASA - O LAR DE CRIANÇAS DO FUTURO

O escritório de arquitetura dinamarquês CEBRA completou um projeto pioneiro de uma nova forma de centro de atenção 24 horas para crianças e adolescentes marginais, em Kerteminde, Dinamarca. O edifício, revestido de azulejos e madeira, brinca com elementos e formas familiares para criar um ambiente acolhedor e moderno que se centra nas necessidades especiais dos residentes. A Casa de Acolhimento para Crianças do Futuro combina o ambiente seguro da moradia tradicional com as novas ideias pedagógicas e concepções que respondem a existência e função de um lar para crianças. (ARCHDAILY, 2015)

Figura 1- Fachada Nossa Casa



Fonte: . (ARCHDAILY, 2015)

3.1.1 Aspectos Funcionais

A organização geral consta de quatro residências conectadas. As alas alongadas do edifício institucional tradicional se separaram e foram comprimidas para formar uma edificação compacta com volumes de compensação. Deste modo, a escala da construção se reduz e torna-se autônoma, com diferentes unidades criadas para os diferentes grupos de residentes. Cada grupo, de uma certa idade, possui seu próprio espaço destinado a um uso flexível em relação a unidade central. Tal disposição tem como objetivo proporcionar aos residentes um sentimento de pertencimento - um lugar acolhedor onde podem ficar sozinhos ou em grupos menores. (ARCHDAILY, 2015)

3.2 RELAÇÃO DOS CORRELATOS COM A PROPOSTA

Para a elaboração deste artigo, foi utilizada apenas uma referência correlata: "Nossa Casa – O Lar de Crianças do Futuro", devido à sua relevância conceitual, qualidade arquitetônica e abordagem inovadora no acolhimento de menores. A escolha de apenas dessa correlata se justifica pela escassez de exemplos de casas de abrigo com valor arquitetônico expressivo, visto que muitos projetos existentes são simplificados, voltados apenas para a funcionalidade mínima, ou apresentam baixa visibilidade e divulgação técnica. Assim, "Nossa Casa" se destaca por oferecer soluções arquitetônicas que aliam estética, funcionalidade, conforto e sensibilidade social — valores centrais também adotados na presente proposta de Casa Lar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste estudo destacam a complexidade e a relevância do projeto arquitetônico de uma Casa Lar, que deve ir além do simples abrigo físico para atender integralmente às necessidades das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. A seleção e o uso adequado de materiais como concreto armado, vidro, aço, madeira laminada, alumínio, mármore branco e forro em gesso são essenciais para garantir a durabilidade, a segurança, o conforto térmico e acústico, além de uma estética contemporânea que valorize a integração com a natureza e promova um ambiente acolhedor e estimulante. Cada material, quando aplicado de forma estratégica, contribui para a criação de espaços que favorecem o bem-estar físico e emocional dos acolhidos, assim como a funcionalidade necessária para as atividades diárias e o trabalho da equipe técnica.

A acessibilidade, fundamentada na norma técnica NBR 9050, é um aspecto imprescindível, assegurando que todos os usuários, independentemente de suas limitações físicas ou cognitivas, possam usufruir dos espaços com autonomia e segurança. Essa preocupação reflete o compromisso com a inclusão social e com o respeito aos direitos humanos, alinhando-se às diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e aos princípios da proteção integral.

No âmbito do planejamento urbano, a inserção da Casa Lar em Cascavel demonstra a importância de integrar essas instituições ao tecido urbano de forma harmoniosa e estratégica, potencializando benefícios sociais que vão desde a revitalização de áreas até o fortalecimento das redes comunitárias de apoio, saúde, educação e lazer. Essa integração reforça o papel da Casa Lar não apenas como um espaço de acolhimento, mas como um agente ativo na promoção da cidadania e da coesão social.

Por fim, este estudo evidencia que o desenvolvimento de uma Casa Lar futurista e sustentável deve ser concebido como um processo multidimensional, que considera aspectos arquitetônicos, sociais, ambientais e culturais. A materialização desse conceito depende da articulação entre um projeto arquitetônico inovador, políticas públicas eficazes e o engajamento da comunidade, visando assegurar um ambiente seguro, estimulante e digno para o crescimento e desenvolvimento integral

das crianças e adolescentes. Dessa forma, a Casa Lar torna-se não apenas um local de proteção temporária, mas um espaço que promove transformação social e esperança, consolidando-se como uma peça fundamental na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e humana.

5. REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Constituição (1988)**. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. *Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). *Casas de Abrigo e Acolhimento no Brasil*. Brasília: CNJ, 2018. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br>. Acesso em: 29 maio 2025.

FAMÍLIA ACOLHEDORA. *Histórico do acolhimento institucional no Brasil*. 2017. Disponível em: <https://www.familiaacolhedora.org.br>. Acesso em: 29 maio 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional sobre Serviços de Acolhimento Institucional*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Diagnóstico dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA, 2004.

NBR 9050:2020 – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

TAROBÁ NEWS. *Cascavel é a terceira melhor cidade do Brasil no Prêmio Band Cidades Excelentes*. 2021. Disponível em: <https://www.tarobanews.com>. Acesso em: 29 maio 2025.

VIAJE PARANÁ. *Turismo em Cascavel – PR*. [s.d.]. Disponível em: <https://www.viajeparana.com>. Acesso em: 29 maio 2025.

COSTA, Lúcia Helena. *Arquitetura e Sustentabilidade: princípios e aplicações*. São Paulo: Senac, 2019.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MASCARÓ, Luciana. *Design Contemporâneo: novos materiais e a estética da leveza*. São Paulo: Editora Rosari, 2018.

MEDEIROS, Valeska. *Arquitetura para o acolhimento: diretrizes para o projeto de casas lares para crianças e adolescentes*. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Ceará, 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília: MDS, 2006.

MOURA, Aline de. *A importância do espaço físico no desenvolvimento infantil em instituições de acolhimento*. Revista Psicologia & Sociedade, v. 25, n. 2, p. 312–319, 2016.

RIBEIRO, Wagner Costa. *Sustentabilidade e políticas públicas: desafios para o planejamento urbano*. São Paulo: Contexto, 2020.

SEED, John. *Design Biofílico: integrando arquitetura e natureza*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

UNICEF – FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. *Manual de orientação para o*

serviço de acolhimento em família acolhedora. Brasília: UNICEF, 2016.

ZEIN, Ruth Verde. *Arquitetura Brasileira Contemporânea: uma leitura crítica*. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2014.

Casa de Acolhimento para Menores / CEBRA" [Children's Home / CEBRA] 18 Jan 2015.

ArchDaily Brasil. Acessado 29 Mai 2025.

<<https://www.archdaily.com.br/br/760562/casa-de-acolhimento-para-menores-cebra>> ISSN 0719-8906